

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: FEMINISMO E A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Jucélia Bispo dos Santos¹

Artigo recebido em 25/01/2011
Artigo aprovado em 15/02/2011

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo analisar os novos movimentos sociais tendo como eixo central do seu foco o movimento feminista. Portanto, objetiva-se abordar os principais debates que estão presentes no interior desse movimento e destacar, sobretudo o conceito de gênero, a fim de discutir as principais abordagens que foram desenvolvidas em torno dessa teoria. Portanto, pretende-se abordar algumas concepções de gênero, como: as fundadas na concepção feminista marxista; das abordagens que sugeriram em torno das teorias psicanalíticas de matriz pós-estruturalista. Por fim, pretende-se destacar os principais avanços e os impasses mais críticos e seus desafios que o movimento feminista enfrenta na contemporaneidade.

Palavras-chave: Movimento social. Feminismo. Gênero. Mulher.

ABSTRACT: This article aims to look at the new social movements having as its central axis focus the feminist movement. Therefore, aims to address the main debates that are present within that movement, and highlight, especially the concept of genre, to discuss the main approaches that were developed around this theory. Therefore seeks to address some conceptions of genre, such as: founded on Marxist feminist design; approaches that arose around the psicanalíticas theories of post-traumatic structuralist array. Finally, it is intended to highlight the major advancements and most critical bottlenecks and challenges that the feminist movement faces today.

Keywords: Social movement. Feminism. Gender women.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe.

1 Introdução

Na virada do século XX para o XXI, novos espaços políticos começaram a ser criados e instituídos, assim sendo apareceu um novo projeto de “sociedade civil”. Consequentemente, novas formas de atuação política surgiram, como os novos movimentos sociais. Esse novo projeto político apresentava uma grande novidade, qual foi a asserção do poder popular, como: as mobilizações remanescentes das ligas camponesas do nordeste brasileiro, movimentos culturais, feministas, pela livre orientação sexual, anti-racistas, ambientalistas e outros. Esses movimentos citados fomentaram uma nova compreensão acerca das relações políticas, pois tentaram representar os múltiplos tipos de ações coletivas do novo milênio. Assim, passaram explorar a diversidade das demandas por direitos, das diversas formas de ativismo e da participação política das organizações².

De acordo com Gohn (1997) até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. A antiga conceituação caracteriza os movimentos sociais como ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil.

Depois de 1960, novos movimentos sociais surgiam especialmente na Europa, no momento que a abordagem clássica marxista passava por processo de crítica e revisão. A crítica ao marxismo foi o ponto de partida fundamental para a formulação de uma alternativa revolucionária humanística e universal. As principais críticas ao marxismo baseavam-se na seguinte questão: alguns teóricos marxistas priorizavam a análise da categoria de luta de classes através de uma leitura maniqueísta, a qual não contemplava as experiências históricas diferenciadas. Para E. P. Thompson, é preciso levar em consideração o agenciamento humano e trazer, à narrativa, os sujeitos da história. Esses sujeitos são homens e mulheres, indivíduos que, nas experiências do cotidiano, constroem identidades sociais, a exemplo da

classe. Não são sujeitos abstratos e homogêneos, sem rosto e com vontades determinadas por estruturas, como queriam os estruturalismos. A obra thompsoniana reafirma alguns pressupostos do socialismo, mediante sua avaliação das aspirações da classe trabalhadora, definidas como defesa de sua humanidade e de um projeto coletivo. Essa abordagem priorizava a noção de “humano” na sociedade, compreendida como um movimento histórico relacionado a um ideal democrático.

Para Thompson, Marx ficou, durante algum tempo, preso à economia política e foi desse momento que Althusser retirou o embasamento para a construção da sua teoria. Entretanto, Marx das suas últimas obras havia retornado a sua juventude, dialogando, inclusive, com a antropologia. Na análise thompsoniana, entre as relações econômicas havia a existência humana, que constrói sua dinâmica social em meio à política, religião, rituais, conspirações, baladas, pregações milenaristas, ameaças anônimas, cartas, hinos metodistas, festivais, danças, etc.³. Através dessas críticas, foram surgindo novos campos temáticos, como por exemplo, dos estudos culturais, eleitos a partir de discursos privilegiados de seus acadêmicos, de “esquerda” ou não. Esse quadro se associa, direta ou indiretamente, à assim chamada “condição pós-moderna” (incluídas aí as linhas pós-modernas, pós-estruturalistas e neopragmatistas), com sua rejeição às grandes narrativas, sua compreensão da realidade como fragmentos desconexos, sua redução da história a um conjunto de estilos de narrativa e seu efeito desintegrador sobre o sujeito - “condição” que também tem se revelado conveniente habitat para tendências intelectuais neoconservadoras.

Dentre outros críticos da análise marxista destacam-se Touraine, e Manuel Castells, cuja aproximação resultou na teoria dos novos movimentos sociais. Para esses teóricos, os novos movimentos surgem como organizações de massa de trabalhadores, jovens e mulheres, hoje tidos em geral como “tradicionais”.

Em torno da crise do socialismo real, da crítica da teoria marxista e da revisão de paradigmas das Ciências Sociais, surge nos anos 60 e 70, do século XX os chamados “novos” mo-

vimentos sociais culturais, feministas, pela livre orientação sexual, anti-racistas, ambientalistas e outros. Nesse período exercem forte influência sobre os movimentos sociais as lutas de libertação nacional e, em particular, as revoluções chinesa e cubana.

Os novos movimentos sociais que foram organizados em torno dos projetos de libertação nacional promoveram profundas transformações, as quais deram ao mundo moderno uma configuração totalmente distinta daquela existente no anterior. Ele se apresenta mais complexo e há certo desencanto com os resultados que a modernidade trouxe.⁴

Já, nos anos 80 e 90 ocorreu a queda simbólica do muro de Berlim, e conseqüentemente a derrota do socialismo real com a queda da URSS e dos regimes do Leste Europeu. Assim, avançava o impulso da concepção neoliberal de “sociedade civil” e difusão das ONGs, a qual ganha força na virada do século XXI. Nesse mesmo contexto, surgem também os movimentos contra o neoliberalismo, que também são conhecidos como movimentos “antiglobalização”, que organiza o Fórum Social Mundial. Nessa nova conjuntura, novos movimentos sociais criticavam tanto o modelo onde o capitalismo desenvolve suas relações humanas, como também questionam os vícios e erros que o socialismo real implantou na Europa. Isso ocorre na medida em que começam a identificar novas formas de opressão e exploração que vão mais além das relações de produção, como as assimetrias sociais, o consumismo, o ambiente, os problemas de gênero, inclusive a forma com que se utiliza o tempo livre, entre outros, que se convertem em alvos de crítica que busca derrubar paradigmas e construir novas alternativas.

A periodização acima ajuda a entender algumas transformações do capitalismo e as vicissitudes da luta socialista nas últimas décadas do século XX. Nesse período ocorriam significativas transformações no âmbito dos movimentos sociais, com isso surgiam novos movimentos relacionados a temas como: direitos humanos, cultura, orientação sexual, cidadania, etnia/raça (negros, indígenas), e o movimento feminista e de mulheres. Assim sendo, difundem-se as ONGs,

renovavam-se ações sociais voluntárias, comunitárias, cooperativas e de “economia solidária”, entre outras.

Essas novas ações voluntárias são vistas por Melucci (1999, p. 74-5), como redes que são formadas por pequenos grupos imersos na vida cotidiana com fins específicos e caracterizam-se pela associação múltipla. Tal multiplicação se processa pela militância parcial e efêmera, e pelo desenvolvimento pessoal e solidariedade afetiva como condições para participação. Esses processos de formações de redes apressam-se, segundo alguns estudiosos dos movimentos sociais, uma fragmentação em novas “identidades” e com a despolitização dos movimentos. Para Boaventura de Souza Santos essas redes formam variadas lutas e propostas de resistência que nenhuma vanguarda as pode unificar. Assim, a unidade se desenvolve através da diversidade, para superar a dispersão e a fragmentação dos movimentos, que são próprias de uma fase de retomada da resistência.

De acordo Touraine, no atual estágio da globalização, sobretudo com informatização da sociedade, os movimentos sociais tenderam a se diversificar e se complexificar. Assim, a reconstrução da identidade pessoal não se efetua mediante a identificação com uma ordem global, econômica, natural ou religiosa, mas pelo reconhecimento da dissociação dos elementos que formavam uma experiência integrada. Diante da impossibilidade de localizar o adversário (não mais identificado com uma classe, um partido ou o Estado), o chamamento ao sujeito é um processo de identificação e não mais de identidade e se evidencia onde a lógica das técnicas e dos mercados entra em conflito com a lógica do sujeito. Por isso, que muitas das explicações paradigmáticas ou hegemônicas nos estudos da segunda metade do século XX necessitam de revisões ou atualizações ante a emergência de novos sujeitos sociais ou cenários políticos.

A partir da década de 60 do século XX, as definições sobre movimento sociais, eram ainda imprecisas. Para tanto, Alain Touraine surgiu com uma revisão do conceito de movimentos sociais. Touraine (2003) fez uma distinção bem precisava a respeito do que ele considera como

movimentos sociais com o propósito de evitar distorções em torno do termo. Dessa maneira, descartou a idéia de que qualquer tipo de ação coletiva, de grupos de interesse ou de instrumentos de pressão política, seria um movimento social. Touraine distingue os movimentos societais dos movimentos culturais, assim faz uma separação entre o universo econômico e o universo cultural. Nos movimentos societais há uma imagem de sujeito-liberdade. Para Touraine os movimentos societais por sua vez, se caracterizam por estarem ligados não a uma situação revolucionária, mas à capacidade do ator de elaborar uma práxis, de comprometer-se num conflito societal e erigir-se em defensor dos valores societais, que não podem reduzir-se aos interesses do ator nem conduzir ao aniquilamento do adversário (Touraine, 2003). Desse modo, Touraine coloca a idéia de sujeito no centro de sua análise. Para ele, o sujeito desprende-se do movimento societal. Ou seja, os movimentos sociais derivam fundamentalmente dos conflitos ao redor do controle dos modelos culturais.

Embora, tenha ocorrido o desenvolvimento que o conceito de movimentos teve nos últimos anos, nota-se que não há consenso ainda hoje entre os pesquisadores sobre seu significado. Alguns estudiosos do tema, como Alberto Melucci, questionam o conceito de movimentos sociais por considerá-lo reducionista, e empregam preferencialmente o de ações coletivas. Para Alberto Melucci (1999) os movimentos sociais são ações coletivas, que podem ser pesquisados como fenômenos empíricos, mas como categorias analíticas diferentes. Segundo Melucci, os conflitos sociais saem do sistema tradicional econômico-industrial, depois se transferem para as áreas culturais. Na sequência os atores coletivos assumem a função de revelar os problemas para a sociedade.

Nos dias atuais observa-se que novos movimentos sociais de cunho identitário foram fortalecidos e multiplicados. Esses movimentos lutam pelo reconhecimento de suas particularidades e diferenças, ou seja, por questões específicas, acabam tocando em temáticas muito importantes que afetam a estrutura social e a própria constituição da sociedade. Isso aconteceu, por exemplo, com o movimento feminista, que provocou uma

revisão a respeito da hierarquia entre os gêneros e politizou o espaço doméstico. Isso está ocorrendo na Europa Ocidental com os descendentes de imigrantes (caribenhos, asiáticos, indianos, turcos, africanos, entre outros) que reivindicam direitos sociais e a importância de manifestar publicamente sua diversidade cultural. E está presente no Brasil com a reivindicação por parte do movimento negro de cotas para estudantes negros em universidades públicas e nas lutas das comunidades remanescentes de quilombos pelo reconhecimento de suas terras.

2 O feminismo no novo contexto dos movimentos sociais

O feminismo tem sua origem no século XIX, período em que os povos adotaram cada vez mais a percepção que as mulheres são oprimidas numa sociedade centrada no homem, por meu meio do legado do patriarcado. As primeiras manifestações desafiaram ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público (do voto, do direito como cidadã) e também, propostas mais radicais que iam além da igualdade política, mas que abrangiam a emancipação feminina, pautando-se na relação de dominação masculina sobre a feminina em todos os aspectos da vida da mulher (ALVES, p.15, 1991).

No início de sua articulação, o movimento feminista foi motivado primeiramente a partir de experiências da mulher. Assim, apresentava crítica à desigualdade social dos sexos (numa perspectiva sociológica de gênero), a fim de promover a luta pelos direitos das mulheres, seus temas e interesses. Porém, nos presentes dias, a teoria feminista moderna não é exclusivamente, associada a teóricas e teóricas acadêmicas de classe média, no ocidente. Desse modo, compreende que feminismo é profundamente amplo e enraizado na sociedade, estendendo-se através das fronteiras de classe, raça ou localidade. Ou seja, o movimento feminista tem se aproximado das especificidades culturais e procurando questionar os tópicos relativos à posição da mulher na sociedade em questão⁵.

As bases do feminismo se assentam na idéia de que a sociedade é organizada de forma patriarcal, em que o homem recebe vantagens sobre a mulher. De acordo com Beauvoir o papel sexual da mulher é, em grande parte passivo; viver imediatamente essa situação passiva não é tão masoquista como a atividade do macho é sádica; a mulher pode transcender as carícias, a comoção, a penetração para o seu próprio prazer...; ela pode também procurar a união com o amante e entregar-se-lhe, o que significa uma superação de si e não uma abdicação⁶. O feminismo radical considera a concepção patriarcal da sociedade como causa de seus mais sérios problemas. Essa forma de feminismo foi popular na chamada segunda onda, mas hoje não tem muita força. Pela radicalidade e força aparente desse tipo de feminismo, muitos ainda associam o termo “feminismo” somente às idéias do feminismo radical.

Atualmente, o feminismo é um movimento social que defende igualdade de direitos e status entre homens e mulheres em todos os campos (ALVES, p.15, 1991). As procedências do movimento feminista encontram-se, pois no mundo ocidental, em especial nos movimentos de reforma do século XIX. Ativistas políticas feministas advogam a igualdade social, política e econômica entre os sexos, inscrita inclusivamente nas constituições e tratados internacionais. Tentam esclarecer questões sobre temas como direitos reprodutivos, a posição da mulher como objeto (essencialmente sexual), violência sexual e doméstica, licença pós-parto, igualdade salarial, assédio sexual, discriminação no local de trabalho, pornografia e o patriarcalismo. Ou seja, o movimento feminista pode ser visto como uma teoria social e como um movimento político. Na perspectiva da ação política, o feminismo está vinculado aos movimentos em defesa dos direitos humanos e ligado diretamente as lutas permanentes pela defesa da qualidade de vida tanto no que diz respeito à defesa das liberdades civis, aos direitos sociais. Ou seja, está vinculado a um novo projeto de sociedade civil. Sua importância, como expressão política, tem servido como referência meta-societal de movimentos sociais, tornando-se assim um instrumento de pressão política. De acordo com Scherer-Warren,

pode-se, portanto, concluir que esse projeto de sociedade é a representado por vários níveis de interesses e de os valores, como de cidadania e associativismo. Os militantes desses movimentos objetivam a organização da sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas. Assim, organizam protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.

Na organização do movimento feminista a a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações. Esses níveis, presentes na sociedade brasileira, na atualidade, podem ser genericamente tipificados nos seguintes exemplos:

- 1- Associativismo local: através da organização de associações civis, movimentos comunitários, ou voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs). Essas forças associativistas são expressões locais e/ou comunitárias da sociedade civil organizada.
- 2- Formas de articulação inter-organizacionais: nesse exemplo destacam os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil.

Por meio desses exemplos citados, pode-se destacar que ocorre no movimento feminista uma mediação que se dá na interlocução entre as parcerias mais institucionalizadas, a sociedade civil e o Estado. Nota-se que essas articulações se tornaram possíveis porque há meios técnicos que as viabilizam, como: a internet e os e-mails são práticas cotidianas das redes do novo milênio. Assim, observa-se as mobilizações na esfera pública são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados⁷.

3 Movimento Feminista e a igualdade de gênero

A trajetória do feminismo começa quando as mulheres buscaram a igualdade entre homens.

Assim, o feminismo se firmou como o movimento social que defende igualdade de direitos e status entre homens e mulheres em todos os campos. Quando se destaca a construção de igualdade de gênero remete a um olhar para a trajetória das mulheres, e, como elas foram se colocando na história, visto que por muito tempo foram consideradas seres inferiores e incapazes. Para saírem da invisibilidade e do espaço considerado secundário, as mulheres foram busca da luta, da resistência e da organização.

A afirmação do feminismo se deu no início da década de 50, quando o mundo constatava as conseqüências de alguns acontecimentos. Naquela primeira metade do século, existia o grande fluxo migratório entre a Europa-América e Ásia-América, suas múltiplas influências culturais, pressões econômicas, genocídios, questões raciais que vieram à tona com a descolonização da África, sem esquecer o questionamento das políticas internas de países americanos quanto a imigrantes, índios e negros e a emergência intelectual e profissional de mulheres que após os anos de guerra participaram da reconstrução de nações, as quais constituíram uma força efetiva, não se conformando em voltar para seus lares ou para posições desprestigiadas pelo mundo masculino.

Nas duas últimas décadas do século XX, as ciências sociais foram movidas pelos estudos feministas. Tais estudos analisavam a vida social a partir da experiência das relações de gênero. O conceito de gênero envolve duas dimensões: uma compreende que a idéia do biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino, a outra envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social⁸.

Ao buscar uma reflexão histórica a respeito da construção do conceito de gênero, pode-se perceber que, tudo começou a partir dos questionamentos que se faziam sobre os rumos dos estudos das mulheres. Os estudos feministas estiveram rodeados de sentidos teóricos e políticos diferentes. Ocorreu uma ruptura da construção teórico-metodológica das discussões dos estudos

sobre mulheres, quando trouxeram para arena dos embates novos desafios. A análise da construção social do sentido de ser mulher foi transportada para diferentes lugares.

A generalização do uso do conceito de gênero ocorreu inicialmente no espaço intelectual anglo-saxão. Tal construção deu-se através de uma proposta multidisciplinar que se aproximou das áreas de história, sociologia, antropologia, literatura, filosofia, psicologia. A nova abordagem do conceito de gênero desvinculava-se do sentido da construção dos significados sociais femininos compreendidos apenas na escala biológica.

Falar da construção do paradigma de gênero representa afastar-se do sentido biológico e aproximar-se do social e do cultural. O sentido da identidade social que se prendia ao biológico analisa a mulher, mas descartava as relações sociais e culturais. A identidade de mulher é construída em confronto com as relações que se mantém do “outro” biológico, mas também com o “outro” cultural que pode ser do mesmo sexo⁹. O termo gênero surgiu no espaço acadêmico no movimento em que as pesquisadoras feministas buscavam através dos chamados estudos das mulheres, desmistificarem a atribuição da condição da mulher na sociedade. Esses estudos pautavam-se nos debates feministas.

Várias feministas envolvidas com a militância se iniciaram nos trabalhos de reflexão e produção acadêmica. Sem dúvida não tratava apenas de um novo rótulo, porém de opção por uma mudança de ordem epistemológica, ou seja, uma via teórica. A desvinculação da militância não se deu de imediato, e as mulheres permaneceram centradas no eixo da denúncia da opressão, que tinha um caráter mais descritivo do que analítico. Gradualmente, o recorte analítico ganha espaços, e as feministas realizam análises consistentes nos campos da sociologia, da história, da literatura e da educação.

A princípio, as feministas aproximaram-se do marxismo utilizando o conceito de “gênero”, a fim de denunciar as relações sociais através da teoria da opressão da mulher, o que determinou a origem do conceito de patriarcado. Nas leituras do feminismo socialista se enfocava tais concep-

ções com a fundamentação da teoria marxista, principalmente da exploração da mulher pelo capitalismo. Essas discussões centravam-se, sobretudo, na questão do trabalho doméstico no capitalismo, que nunca fora tratada nem por Marx e nem por Engels. Os estudos de gênero, nessa fase, tentam buscar nas teorias marxistas uma compreensão da vida social feminina ao longo da história, prendendo-se a justificativa de que as mulheres são exploradas dentro do sistema capitalista através da domesticação do trabalho¹⁰.

Em Engels (1982) compreendem-se as opressões sexuais como parte daquilo que o capitalismo herda dos contornos sociais anteriores a sua formação. O domínio do sexo, do gênero e da procriação humana tem sido sujeito a uma contínua e milenar atividade social que o transformou. Sexo, como conhecemos identidade de gênero, desejos e fantasias sexuais, conceitos de infância - é em si mesmo produtos sociais. Na maior parte da tradição marxista, e mesmo no livro de Engels, o conceito de “segundo aspecto da vida material” tem sido tendencialmente apagado por se diluir no pano de fundo ou, simplesmente, ser incorporado nas noções habituais de “vida material”.

Os movimentos sociais dos anos 60 trouxeram uma nova leitura das relações femininas na sociedade através da idéia de identidade coletiva. Dentro das universidades, o número de estudantes do sexo feminino provenientes de setores menos favorecidos da economia, ou ainda de etnias marginalizadas, começava a se ampliar durante esta década, pressionado pela inclusão de temas sociais e culturais, que os atingia particularmente, nos programas de pesquisa. Nesse período, os estudos de gênero foram usados para teorizar a questão da diferença sexual¹¹. Assim, era dada grande ênfase para o caráter fundamentalmente social, cultural na dimensão das relações de poder, de forma que, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado.

Para Scott (1995), esse uso do termo gênero constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80, amplamente

difundidos e de complexa conceituação. A categoria de gênero tem sido um dos principais elementos articuladores das relações sociais nos diversos contextos brasileiros, nos permite entender como os sujeitos sociais estão sendo constituídos cotidianamente por um conjunto de significados impregnados de símbolos culturais, conceitos normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas (Scott, 1990) que atribuem a homens e mulheres um lugar diferenciado no mundo, sendo essa diferença atravessada por relações de poder que conferem ao homem, historicamente, uma posição dominante. Na concepção de Scott, o feminismo configura as condições que são definidas com as diferenças de fatores e funções para cada sexo; como os significados de homem e mulher variam de acordo com o tempo e lugar; como as normas reguladoras do comportamento sexual foram criadas e reforçadas; como emissões de poder e comportamento atravessam questões de masculinidade e feminilidade; como efeitos de estrutura simbólica afetam a vida social. Assim, o gênero serve como provocação para integrar os estudos de mulher junto às tradicionais áreas de investigação. O gênero traz a mulher da margem para o centro do processo histórico e para modificar a história já escrita, como indica a autora (1988), ou seja, para repensar a história. Scott (1988) afirma que nas décadas de 1970 e 1980 as teorias feministas compreendiam o gênero como um caminho para repensar os determinantes das relações entre os sexos. Isso foi importante para separar a visão biológica da cultural e para justificar mudanças na compreensão da história da mulher, ou seja, o termo gênero foi transposto para a arena social/cultural, abrindo, assim, mais espaços de análise.

No final dos anos 70, as disputas de gênero passaram a ocupar lugares de destaques nos movimentos sociais, quando as mulheres ampliaram sua participação nos debates e na liderança das organizações, reivindicando mudanças na divisão do trabalho doméstico. Por um breve momento, o risco de desestruturação familiar provocada pela não-submissão das mulheres parecia ameaçar o movimento. Após um primeiro momento de desestabilização, tais movimentos ampliaram o debate sobre gênero e família que alterou o status

das mulheres em seus quadros e no interior das famílias integrantes das organizações. A crise revelava um momento de questionamento dos padrões culturais para a divisão do trabalho e das responsabilidades por sexo, no qual elementos da cultura tradicional eram colocados em xeque, ao mesmo tempo em que eram considerados parâmetros para a nova situação.

A década de 80 e o debate mundial sobre a globalização das economias, juntamente com o avanço nas tecnologias de comunicação, trouxe consigo a questão da cultura e etnicidade, insufladas pelas reivindicações de caráter étnico e nacionalista e pela nova onda de xenofobia que invadiu a Europa e os Estados Unidos, e o nacionalismo que emergiu no final da década, com a dissolução da URSS e o ressurgimento das lutas pela emancipação na Irlanda e na Espanha.

Durante os anos 80 do século XX, as feministas marxistas possuem uma teoria da história, afirma Scott (1990, p.9.), o que é um avanço comparado à teoria anterior. Contudo, segundo a autora, um dos problemas da teoria marxista para a compreensão do gênero é que o próprio conceito de gênero, no interior do marxismo, foi tratado por muito tempo como um subproduto das estruturas econômicas e assim não teve seu próprio estatuto de análise. Esse fato, para a autora, limitou e retardou o desenvolvimento de novos caminhos de análise. No final das contas, tanto família como lar e sexualidade foram considerados produtos das transformações do modo de produção e isso limitou a compreensão de gênero.

No início dos anos 90, surgiram mudanças significativas, reflexos das pressões internas e externas provocadas pelos compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro por meios de tratados e convenções internacionais. Por conseguinte, surge um novo discurso, onde o governo assume as responsabilidades com o cumprimento dos preceitos constitucionais¹², com a tarefa institucional de coordenar, articular e formular políticas públicas afirmativas, no sentido da promoção da igualdade racial e de combate à discriminação racial ou étnica.

Mais tarde os estudos de gênero recebem contribuições de outras áreas como a psicanálise. Assim, a teoria psicanalítica, se divide em duas

escolas: a anglo-americana, que trabalha com as teorias de relação de objeto, e a escola francesa, que se fundamenta nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, no contexto das teorias da linguagem. De acordo com a autora, ambas as escolas trabalham com os processos pelos quais as identidades dos sujeitos são criadas e se concentram nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança a fim de encontrar as indicações sobre a formação da identidade de gênero.

Essas novas propostas teóricas proveram mudanças nos campos teóricos da História e das Ciências Sociais. Essas áreas foram respingadas e mesmo encharcadas com as propostas de fragmentação do real e desaceleração do tempo. Os resultados recentes de algumas investigações assinalam que, desde a década de 1980, a crise de paradigmas teóricos, a difusão de novas metodologias e o surgimento de novos objetos se fazia presentes na área. Dessa forma, as pesquisadoras feministas apontavam que os estudos feministas não acrescentariam novos temas de investigação, mas exigiriam “um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico.

Recentemente o feminismo se aproximou da questão da igualdade de gênero que tem como meta garantir a superação das desigualdades frente à condição das mulheres, nos diversos espaços. Seja nas condições socioeconômicas, no cenário político, no acesso à qualificação, ao crédito, como também na representatividade da mulher no interior das unidades domésticas, que ainda se prende a uma postura de subalternidade. Portanto, em gênero como construções e representações sociais, constituído diferentemente em épocas, lugares, territórios, culturas, religiões, condições econômicas e políticas. Diante disso, construir um desenvolvimento alternativo, sustentável requer ações articuladas e complexas, demanda a elaboração de outra lógica de pensar as relações entre as pessoas e com a natureza. A incorporação da perspectiva de gênero no debate sobre desenvolvimento caracteriza-se em um indicador de análise acerca da qualidade de vida, da participação, da igualdade de acesso a direitos entre homens e mulheres, da consolidação da democracia e da cidadania.

A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, que ocorreu em 1995, em Beijing, representa um marco, a medida que conseguiu dar à perspectiva de gênero o status de condicionante para avançar no combate a desigualdade social, principalmente com relação às mulheres, aos pobres, negras e negros. Essa conferência marca o envolvimento da ONU com as questões de gênero, abrindo caminho para mudanças históricas no âmbito das preocupações internacionais¹³. As questões de gênero, antes eram relegadas ao domínio doméstico das jurisdições nacionais, mas depois do envolvimento dos organismos internacionais, essa questão passou a ser vista no âmbito das considerações globais. Inicia-se, com isso, um processo internacional de codificação dos direitos das mulheres. Neste sentido foi elaborada uma plataforma a ser seguida pelos governos, onde os mesmos assumem uma série de compromissos.

Outro fator importante desses estudos ocorre quando se começou a fazer uma distinção entre sexo e gênero, o sexo era visto como algo natural e o gênero como um elemento cultural. Outra autora que traz importante contribuição à temática do gênero é Teresita Barbieri (1992), que centra sua análise nos limites teóricos do patriarcado, desenvolvendo estudos sobre as condições de vida, de trabalho e sobre a cultura produzida pela mulher. Além disso, tece suas considerações sobre a sociedade como elemento gerador da subordinação feminina, enfatizando, ainda, que é da sociedade que surge e se expande à categoria gênero.

As estudiosas do feminismo tentam construir um conceito de gênero desvinculado do sexo, que se referia à identidade biológica de uma pessoa. Gênero é construção social do sujeito masculino ou feminino. Nesse sentido, Joan Scott (1989), associando a categoria gênero aos limites das correntes teóricas do patriarcado, do marxismo e da psicanálise, tenta explicar a subordinação da mulher e a dominação dos homens.

Os estudos relativos à temática de gênero têm desenvolvido bastante no campo das ciências sociais, têm avançado no sentido de relativizar seu determinante biológico, questionando a tendência a uma naturalização das diferenças de

comportamento entre homens e mulheres, entre jovens e idosos, entre grupos étnicos. Enfatiza-se a influência da cultura, das significações sociais que assumem cada uma dessas variáveis em diferentes grupos na organização social. Ao mesmo tempo, desvendam-se os mecanismos que, com base nessas diferenças, estabelecem novas hierarquias que interferem diretamente na dinâmica social. Considera-se, em tais estudos, que os papéis sexuais são construções culturais, determinadas pela posição dos indivíduos quanto à camada social à qual pertence e quanto à sua raça. Paralelamente, ao se tratar de relações entre grupos sociais e culturalmente diferenciados, depara-se com a necessidade de delimitar os papéis desses atores tanto dentro de seu próprio grupo quanto na visão do grupo antagonista. Às vésperas do novo milênio, quando a globalização deixa de ser um recurso retórico e torna-se uma realidade na atividade das redes de comunicação e na transnacionalização do capital, é preciso reconhecer que a fragmentação das demandas é inevitável, que classe e raça são categorias que se mesclam sem se dissolver uma na outra (IANNI, 1992), e que estão profundamente relacionadas às alterações e permanências no panorama mundial.

4 Considerações Finais

O movimento feminista se estabeleceu na sociedade no mesmo processo que o capitalismo contemporâneo se estabeleceu, após a queda do Muro de Berlim e a conseqüente crise das ideologias que dominaram o século XX. Pode-se que esse movimento consolida ao lado da aceleração avassaladora nas tecnologias de comunicação, de artes, de materiais e de genética, ocorreram mudanças paradigmáticas no modo de se pensar a sociedade e suas instituições. Nota-se que o feminismo surgiu quando as chamadas velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, passaram por um processo de declínio. Ou seja, o feminismo promoveu “descentração do sujeito”, que tinha um papel inquestionável no contexto da sociedade ocidental.

Observa-se que a principal luta do movimento das feministas se estabeleceu na busca de no-

vos espaços políticos e sociais. O principal alvo do discurso desse movimento se constituiu na busca pela a construção de uma sociedade mais democrata com maior igualdade entre homens e mulheres reduzindo as desigualdades classistas. Através do movimento feminista, as mulheres passaram a questionar os seus papéis que eram predefinidos em função da reprodução da espécie, ou seja, elas eram subordinadas aos homens. A cultura ocidental considerava a mulher um ser mais fragilizado e incapacitado para assumir a direção de outras instituições, com a família. Assim, o homem era visto como o forte, detentor de toda a autoridade e poder de mando decorrente de sua força física, assumindo o controle dentro da sociedade.

O feminismo certamente teve vários efeitos nas relações políticas do Ocidente e em outros locais onde se fez presente. Posto que esses efeitos foram em geral encarados como positivos, algumas consequências negativas devem ser apontadas. Nos dias atuais, nota-se que existe uma mudança sensível na relação entre o homem e a mulher. A mulher ganhou mais espaço na sociedade começou a buscar novas oportunidades, sobretudo no campo de trabalho e nos espaços políticos. Também, observa-se que atualmente, as mulheres passaram a ter mais controle sobre seus corpos, e passaram a vivenciar o sexo com mais liberdade do que antes lhes era permitido.

Apesar dos avanços conquistados na sociedade, o feminismo também recebe algumas críticas, como: alguns críticos apontam que as feministas estão pregando o ódio contra os homens; alguns dizem que, por conta do feminismo, os homens começam a ser oprimidos; alguns grupos conservadores vêem o feminismo como elemento de destruição dos papéis tradicionais dos gêneros, nomeadamente quando o pai e a mãe são trabalhadores bem sucedidos e ocupados, ou seja, nessa luta as crianças são esquecidas, pois não sobra ninguém para cuidar bem das mesmas; alguns homens acreditam que nas disputas de custódia após um divórcio, a justiça tende a entregar os filhos para a custódia da mãe; alguns homens dizem que muitas mulheres são promovidas não por méritos, mas para melhorar a imagem das empresas, dentre outras questões.

A fim de fugir das concepções radicais o movimento feminista se aproximou do termo gênero, o qual se constituiu como um conceito estabelecido na sociedade com o objetivo de compreender as relações estabelecidas entre os homens e as mulheres e os papéis desenvolvidos por eles no local em que está inserido e as relações desiguais de poder produzidas. O conceito de gênero dentro do movimento feminista é usado para focar a luta pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e tem como finalidade neutralizar, ou ainda, ultrapassar as barreiras visíveis e invisíveis que existem e que impedem a participação econômica, política e social das mulheres. Por fim, objetiva-se construir uma idéia de que todos os seres humanos, independente dos papéis social e culturalmente atribuídos a mulheres e homens são livres de desenvolver as suas capacidades pessoais e de fazer escolhas.

Notas

² DOIMO, A.M. A vez e a voz popular. Rio de Janeiro: RelumêDumará, 1985.

³ THOMPSON, E. Palmer. A Miséria da Teoria, Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

⁴ NETTO, José Paulo. Crise do Socialismo, Teoria Marxiana e Alternativa Comunista. Revista Serviço Social e Sociedade, N.º 37, São Paulo, Cortez. 1991.

⁵ TELES, Maria Amélia da Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo : Editora Brasiliense, 1993.

⁶ CORRÊA, Mariza. (org.) cadernos pagu (12) – Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX –, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1999.

⁷ SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais. São Paulo : Loyola, 2005.

⁸ SORJ, Bila. “O Feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade“. In: A. O. Costa & C. Bruschini (orgs), Uma Questão de Gênero, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992, p.15-23.

⁹ MACHADO, Lia Zonatta. “Gênero, um novo paradigma?” Cadernos Pagu (11): trajetórias do gênero, masculinidades... Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero /UNICAMP 1998, p. 106-125.

¹⁰ ARAUJO, C. “Marxismo e Feminismo, tensões e encontros de utopias atuais“. In: Revista Presença da Mulher, 1982.

¹¹ NORA, Purre e LE GOFF. História: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

¹² Em 21 de março, por meio da Medida Provisória nº 111 (convertida na lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003), foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)

¹³ Dados da ONU. Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. The United Nations and The Advancement of Women – 1945-1996. The United Nations Blue Books Series, vol. VI, New York: United Nations Publication, 1996.

5 Referências

ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ARAUJO, C. “**Marxismo e Feminismo, tensões e encontros de utopias atuais**”. In: Revista Presença da Mulher, 1982.

BARBIERI, Teresita. **Sobre a categoria de gênero: uma introdução teórico-metodológica**. SOS Corpo, Recife: 1992.

CORRÊA, Mariza. (org.) **cadernos pagu** (12) – Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX –, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1999.

DOIMO, A.M. **A vez e a voz popular**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1985.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.

MACHADO, Lia Zonatta. “**Gênero, um novo paradigma?**” *Cadernos Pagu* (11): trajetórias do gênero, masculinidades... Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero /UNICAMP 1998, p. 106-125.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, Vozes, 2001.

NORA, Purre e LE GOFF. **História: novos objetos, novos problemas, novas abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo, Teoria Marxiana e Alternativa Comunista**.

Revista Serviço Social e Sociedade, N.º 37, São Paulo, Cortez. 1991.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre: 16(2): 5-22, jul/dez. 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo : Loyola, 2005.

SORJ, Bila. “**O Feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade**”. In: A. O. Costa & C. Bruschini (orgs), *Uma Questão de Gênero*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992, p.15-23.

TELES, Maria Amélia da Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1993.

THOMPSON, E. Palmer. **A Miséria da Teoria**, Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

